

ADUFPB convoca docentes para

ASSEMBLEIA GERAL

Encontro pode decidir sobre adesão à **GREVE GERAL** do Serviço Público no dia 18

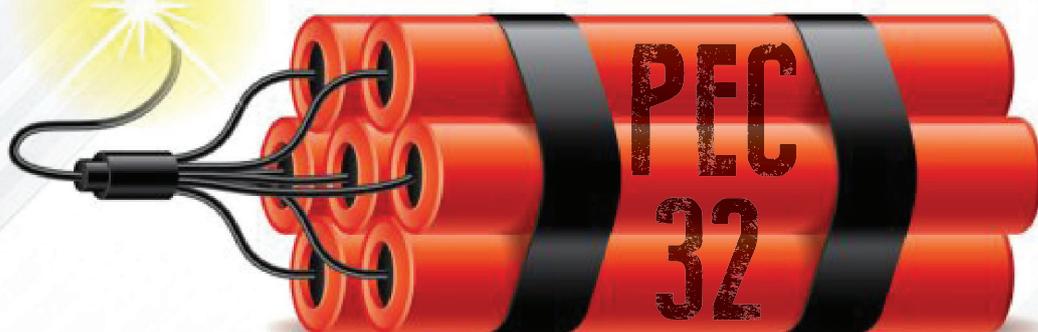
A adesão de professoras e professores da UFPB à Greve Geral dos servidores públicos será o tema principal da pauta da assembleia docente que a ADUFPB realizará na próxima quarta-feira, dia 11 de agosto, a partir das 15h. Como vem ocorrendo desde o início da pandemia, a atividade será virtual, por meio da plataforma de videoconferência Zoom, e a distribuição do link aos(as) docentes ocorrerá uma hora antes, por e-mail (adufpb@terra.com.br) e pelo Whatsapp (99645-7000).

Categorias protestam contra a PEC 32, que atinge setores como Educação e Saúde e comprometem direitos dos trabalhadores

Definida durante o Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Serviço Público, realizado nos dias 29 e 30 de julho, a Greve Geral da categoria está marcada para ocorrer em 18 de agosto em todo o país e tem como principal bandeira de protesto a Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2020, conhecida como Reforma Adminis-

trativa. Além da paralisação das atividades, serão realizados atos e atividades de mobilização nas ruas e nas redes sociais.

No total, o encontro da semana passada recebeu 4.448 inscrições dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal, sendo 43% de servidoras e servidores municipais, 29% estaduais, 24% federais e 4% de outras categorias. O grande número de participantes demonstra o quanto as categorias estão alertas aos perigos da "contrarreforma" que está sendo proposta pelo governo federal.



NÃO à Reforma Administrativa!

**AGENDE-SE!
ASSEMBLEIA DOCENTE**

**QUARTA-FEIRA, 11/8, ÀS 15H
SE LIGUE NA PAUTA:**

- 1) INFORMES
- 2) GREVE GERAL DIA 18/08 CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA
- 3) ATIVIDADES DO SEMESTRE LETIVO
- 4) ENCAMINHAMENTOS



Reforma é um ATAQUE aos fundos públicos

A ADUFPB integra a mobilização contra a aprovação da PEC 32 e esteve presente no Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Serviço Público, realizado no final de julho. “Na minha avaliação, esse encontro foi um sucesso. Existe uma grande unidade na luta contra a PEC 32”, afirmou o presidente da ADUFPB, Fernando Cunha. Ele destacou a importância dos seminários com a coordenadora do movimento Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lúcia Fattorelli, e com o coordenador-técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Fausto Augusto Júnior, realizados durante o evento.

“Eles foram extremamente elucidativos no que consiste em deixar claro que o que o governo quer com a Reforma Administrativa é assaltar os fundos públicos para garantir o pagamento de juros da dívida, por exemplo. Não há falta de verba para o serviço público. O que há é uma lógica de governo de acabar com serviços públicos para fazer repasses dos recursos públicos para a iniciativa privada”, explicou.

Segundo ele, o Encontro Nacional foi importante também no sentido de orientar as seções sindicais a realizarem assembleias de base para discutir o tema. “Nós da ADUFPB estamos convocando assembleia para a próxima quarta-feira, dia 11 de agosto, e essa é a orientação geral para todos os sindicatos. E, no dia 18 de agosto, haverá o dia nacional de paralisação no serviço público nas três instâncias: Municipal, Estadual e Federal”. Na Paraíba, explica Fernando Cunha, foi formado o coletivo “Paraíba contra a PEC 32”, que vem se reunindo e irá definir ainda as atividades que serão realizadas no dia 18

“Não há falta de verba para o serviço público. O que há é uma lógica de governo de acabar com serviços públicos para fazer repasses dos recursos públicos para a iniciativa privada”



Morte do Serviço Público: fim das UBS, creches, escolas e universidades públicas

Com a PEC 32, o governo quer eliminar as obrigações sociais do Estado, transformando direitos em mercadoria. Para isso, propõe reduzir ainda mais o número de servidores, aumentar os cargos de indicação política e várias outras medidas que, na prática, representam a morte do Serviço Público.

Em fala durante o Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Serviço Público na semana passada, a presidenta do Andes - Sindicato Nacional, Rivânia Moura, destacou a disputa narrativa sobre as reais intenções



da Reforma Administrativa e a importância de conscientizar a população acerca das suas consequências.

“As justificativas dadas para a aprovação da PEC 32 - pelo governo, mídia hegemônica e apoia-

dores -, de que irá acabar com os “privilégios” das e dos servidores públicos e que a crise do Estado é culpa das e dos servidores públicos, é um jeito de dividir a classe trabalhadora e isolar as servidoras e os servidores. Precisamos combater essa ideia, pois a PEC 32, se aprovada, irá acabar com unidades básicas de saúde, creches, escolas e universidades públicas, atingindo o conjunto da classe trabalhadora, que necessita desses serviços. Portanto, essa é uma luta da classe trabalhadora e precisa ser enfrentada por todas e todos no nosso país”, declarou.



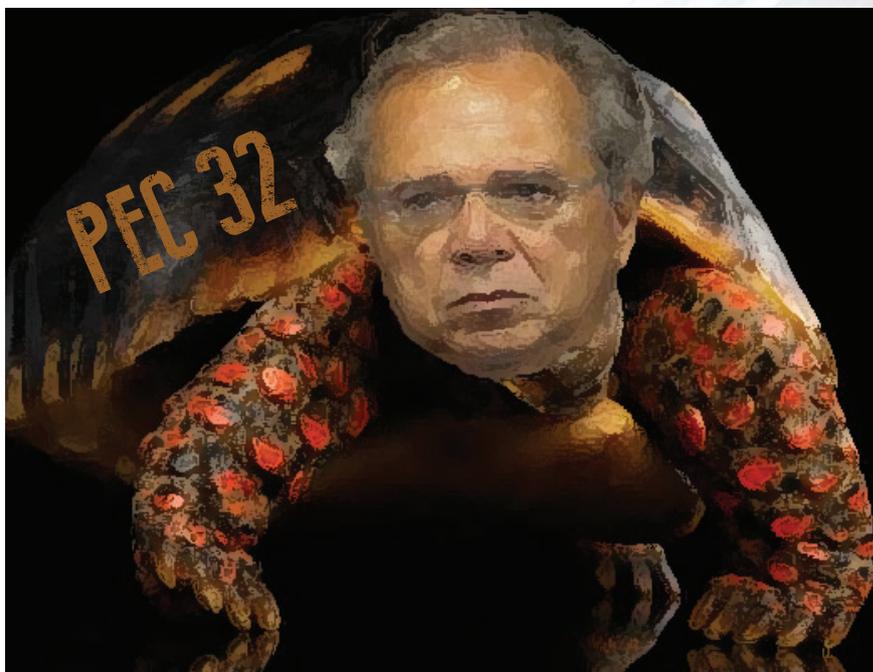
Manifesto denuncia armadilhas e “jabutis” da PEC 32

O Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Serviço Público foi encerrado com a publicação de um manifesto, no qual as entidades contextualizam a luta contra a PEC 32, denunciam os interesses por trás da proposta e alertam para as suas consequências.

“O governo utiliza a premissa de que é preciso realizar a Reforma Administrativa para solucionar a questão fiscal e assim retomar o crescimento da economia. A alegação foi a mesma com a Emenda Constitucional 95 (Emenda do Teto dos Gastos Públicos), com as Reformas Trabalhista e da Previdência. Como é visto e sentido pelo povo brasileiro, nenhuma dessas medidas teve qualquer força para gerar empregos, impulsionar o crescimento e o desenvolvimento do país”, diz o texto.

“Bem diferente do discurso da mídia e do governo, o número de servidores públicos em relação à população brasileira está abaixo do verificado em muitos países desenvolvidos. E em relação aos rendimentos, a maior parte dos funcionários públicos (53%) tem rendimentos concentrados na faixa de até 4 salários mínimos, ou seja, de R\$ 3.816,00 (RAIS 2018). No serviço público municipal, 75% dos servidores auferem até R\$ 3.381,00 (RAIS 2018)”, explica.

O manifesto também ressalta que a Reforma Administrativa altera e retira direitos e garantias já consagrados para os servidores públicos, ao mesmo tempo que protege as forças armadas, a cúpula do judiciário, do parlamento e do executivo. O texto completo está disponível no site Contra PEC 32 (www.contrapec32.com.br).



Retorno presencial em debate

Além da Greve Geral do Serviço Público, a assembleia docente também deve discutir a portaria anunciada pelo Ministério da Educação (MEC) na última quarta-feira (4) prevendo o retorno das aulas presenciais. “Agora a gente se pergunta: as condições para esse retorno das atividades presenciais já estão dadas?”, questiona o presidente da ADUFPB, Fernando Cunha.

A Portaria Interministerial é assinada pelo ministro da Educação, Milton Ribeiro, e pelo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. Entre as medidas previstas pelo “Protocolo de biossegurança para retorno das atividades nas Instituições Federais de Ensino”, estão: aferição da temperatura de servidores, estudantes e colaboradores, na entrada da Instituição e de salas e ambientes fechados e disponibilização de termômetro, álcool 70% e álcool em gel 70% para cada unidade.

O Ministério desconsidera, entretanto, os problemas estruturais que muitas instituições enfrentam - agravados pelos cortes do orçamento da Educação - e que impactam até mesmo no abastecimento de água. Nesse cenário, o fornecimento de álcool, máscaras e termômetros, previsto pelo protocolo, dificilmente irá se manter de maneira adequada de forma a garantir a segurança sanitária.

Reunião do Coletivo Jurídico Nacional

Participantes debateram questões sobre censura a docentes

Na última sexta-feira (30), mais de 70 pessoas, entre assessores jurídicos e diretores das seções sindicais do ANDES-SN, participaram da Reunião do Coletivo Jurídico Nacional da entidade. A atividade, que se deu através da internet devido às condições impostas pela pandemia da Covid-19, contou ainda com a presença de representantes da diretoria nacional e das assessorias, jurídica e parlamentar, do Sindicato Nacional. Durante todo o dia, foram debatidos temas referentes à luta da categoria docente tanto em âmbito local, nas instituições de ensino, quanto em nível nacional.

O encontro foi dividido em duas etapas. Na primeira, durante o período da manhã, as e os participantes debateram questões da conjuntura nacional, com enfoque jurídico-político, a partir das contribuições apresentadas pelo 1º tesoureiro do ANDES-SN, Amauri Fragoso, o advogado da Assessoria Jurídica Nacional, Mauro Menezes, e o representante da Assessoria Parlamentar Nacional, André Santos.

“Os debates foram muito proveitosos e tangenciaram, sobretudo, questões como a tramitação da PEC 32, que impõe uma contrarreforma administrativa no país, as eleições de 2022 - muito balizadas nas ameaças à sua realização postas pelo presidente da República -, o super pedido de impeachment de Bolsonaro e a viabilidade de seu sucesso, bem como as indicações de ministros ao STF, isso para além de outros temas”, informou Gustavo Seferian, encarregado de Assuntos Jurídicos do ANDES-SN, destacando que toda a reunião foi um grande sucesso.

Já no período da tarde, a rodada de discussões foi iniciada por uma intervenção do advogado Leandro Madureira, também da AJN. Foram abordados pontos como a contrarreforma Administrativa; Questões previdenciárias, com base em teses sobre a Emenda Constitucional 103/2019 e o andamento das ações ajuizadas; os normativos

editados pelo governo federal na pandemia e suas consequências e enfrentamentos.

Madureira também tratou da censura a docentes, das ilegalidades administrativas e processos administrativos, com enfoque no contexto das Instituições Federais de Ensino sob intervenção; os cortes remuneratórios e possíveis linhas de ação; e a repercussão da pandemia nas seções sindicais Estaduais e Municipais.

De acordo com Seferian, a exposição do representante da AJN apontou importantes considerações, desde realidades particulares experimentadas por assessores jurídicos e diretores das Sessões Sindicais, como também de diretores, tendo como principal enfoque os processos de perseguição e uso abusivo de processos administrativos – sobretudo em universidades sob intervenção, mas também naquelas que tiveram suas direções eleitas e empossadas.

“[Fizemos importantes] discussões sobre ações judiciais propostas em medidas individuais e coletivas, tangenciando aposentadorias especiais, reconhecimento e implementação de promoções e progressões, ressarcimento por gastos resultantes do teletrabalho, entre outras, com trocas de experiências; o retorno apressado às aulas presenciais, sem que as balizas assentadas por nossa militância estejam atendidas, e seus modos de remediar a questão”, destacou o diretor do ANDES-SN.

“Após diversas exposições, Leandro Madureira e Rodrigo Torelly, ambos representantes da AJN, responderam a questionamentos e trouxeram ponderações acerca das táticas utilizadas pelas assessorias, lançando impressões e fomentando o debate tão profícuo que marca estes encontros do Coletivo Jurídico Nacional”, acrescentou Seferian.

O relatório da reunião será enviado pela secretaria do ANDES-SN às seções sindicais nos próximos dias.

Fonte: ANDES-SN

LIVE CULTURAL SOLIDÁRIA

Organizadoras comemoram sucesso do evento

O Movimento de Mulheres e Feministas da Paraíba, em parceria com a ADUFPB, realizou no dia 30 de julho mais uma live cultural solidária para arrecadação de doações que serão destinadas a famílias carentes em situação de vulnerabilidade por causa da pandemia de covid-19.

O evento, de uma hora e 40 minutos de duração, foi considerado um sucesso pelas organizadoras da atividade. Esta já é a terceira live solidária realizada pelo Movimento de Mulheres e Feministas da Paraíba, que vem conseguindo apoiar, com as doações, moradoras de comunidades de João Pessoa.

Nesta edição, o evento deu destaque às lutas, a força e o talento da mulher negra, integrando a programação do 23º Julho das Pretas, com a participação do Movimento de Mulheres Negras da Paraíba. No “palco” virtual, estavam as artistas Fernanda Ferreira, Gláucia Lima, Morena Rosa e Renálide de Carvalho. A transmissão ocorreu pelo canal da ADUFPB no Youtube e quem não pôde assistir ao vivo ainda pode conferir as apresentações no endereço www.youtube.com/ADUFPB.

DOAÇÕES

As doações ainda podem ser feitas por PIX (chave: movimentodemulheres.pb@gmail.com) ou por transferência bancária (Banco 260 – Nu Pagamentos S.A, agência 0001, conta 31 57891-9 e CPF 080.314.394-00).



Apagão no Lattes

Crise no CNPq escancara despreparo do governo e pesquisadores temem perda de dados

Duas semanas após saírem do ar, os sistemas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) continuam instáveis. Desde a última terça-feira (3/8), é possível visualizar a Plataforma Lattes, imprimir e fazer download, mas não atualizar os dados. Segundo o CNPq, as últimas atualizações foram feitas às 18h do dia 23 de julho, data do início do problema nos sistemas.

Para o presidente da ADUFPB, Fernando Cunha, a situação demonstra duas questões importantes: “A primeira é que não havia nenhum mecanismo de preparação do órgão para uma eventualidade como essa. Você tem um banco de dados com mais de 7 milhões de currículos cadastrados que não possui nenhum mecanismo estrutural – algo que necessita de investimentos – para garantir que um problema desses não

aconteça?”, questiona.

A segunda dúvida diz respeito à capacidade do Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovação para contornar o ‘apagão’ no sistema. Segundo Fernando Cunha, o modo como essa crise vem sendo administrada mostra que o governo não tem dimensão do tamanho real do problema.

“Eles liberaram o acesso parcial porque não têm condição de dizer o alcance desse ‘apagão’. Isso só demonstra a fragilidade da estrutura do governo. Isso sem falar na desconfiança gerada pelo problema. Afinal, nossos dados foram recuperados? Por que nesse tempo todo o sistema não voltou integralmente? Há uma desconfiança geral e nós não temos segurança nenhuma com relação ao que estão fazendo com nossos dados. Há uma preocupação de toda a comunidade Universitária”, avalia Fernando Cunha.

Promessas não cumpridas

Além da dificuldade de acesso ao Lattes (Currículo Lattes, Diretório de Grupos de Pesquisa, Diretório de Instituições e Extrator Lattes), os pesquisadores do país estão também com dificuldades de acesso à plataforma Carlos Chagas.

Embora o problema tenha sido detectado pelos usuários na noite do dia 23 de julho, apenas no dia 27 o CNPq admitiu que o sistema estava fora do ar e anunciou que o problema seria solucionado até 30 de julho. No dia seguinte, voltou atrás e informou nova data para a retomada do sistema: 2 de agosto. Chegada a data, o problema persistia. Na terça-feira, 3 de agosto, o acesso aos dados foi retomado, mas de forma parcial.